

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Coordenação



utros Combates
pela História

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

ORGANIZAÇÃO DOS TEXTOS

Isabel Maria Luciano
Marlene Taveira

PRÉ-IMPRESSÃO

António Resende
Imprensa da Universidade de Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA

SerSilito • Maia

ISBN

978-989-26-0041-3

DEPÓSITO LEGAL

.....

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

PROGRAMA OPERACIONAL CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO DO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO III



Maria Manuela Tavares Ribeiro
Coordenação



utros Combates
pela História

OUTRAS TEORIAS DA HISTÓRIA

O HISTORIADOR, OS ARQUIVOS E AS NOVAS TECNOLOGIAS.
NOTAS PARA DEBATE

No documento que anunciava a realização do colóquio que aqui nos reúne, os seus organizadores destacavam a vocação «interdisciplinar, ou, pelo menos, pluridisciplinar» do evento e desafiavam os autores das comunicações para que, ao invés de apresentarem investigações que desenvolveram ou desenvolvem, refletissem sobre o sentido dessas no campo do conhecimento histórico. Busquei pautar-me por essa orientação, com vistas não a levantar e tentar equacionar problemas, mas sim a reiterar inquietações e, por decorrência, contribuir, de alguma forma, para o desejado debate.

Como o colóquio se reporta às lições de Lucien Febvre, delas recorto e colho uma frase para nortear esta minha curta alocação¹. Nas palavras que dirigiu, no início de 1941, aos alunos da École Normale Supérieure, dizia, em tom coloquial: «Não gosto muito de misturar os gêneros, e substituir a conferência pela confidência»². O que farei, então, conduzindo-me por Febvre, é, tão-somente, expor-lhes certas aflições que me têm assaltado nos últimos tempos, a partir de duas atividades com que me ocupei, relacionadas ao tratamento técnico de fontes históricas escritas.

Justifico minha escolha. Sendo este nosso encontro um espaço com um sempre bem-vindo afluxo de estudantes de cursos universitários de História e oportunidade para se homenagear alguém que sempre refletiu e produziu cientificamente também sobre questões pedagógicas, não fosse essa uma das vocações do CEIS20, ousou ter certa pretensão em buscar apresentar-lhes apontamentos sobre matérias que, muito provavelmente, haverão de compor a agenda das discussões da nossa área de exercício profissional nos próximos tempos.

A primeira das atividades a que aludo diz respeito ao trabalho de identificação, leitura paleográfica, organização e sumariação de conteúdos da documentação não encadernada, dita *avulsa*, concernente às Capitânicas de Minas Gerais, Maranhão, Pará

¹ Comunicação apresentada no Colóquio Internacional *Outros Combates pela História*, promovido pela Universidade de Coimbra, por intermédio do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20. Coimbra, Novembro de 2008.

² Cf. FEBVRE, L. *Viver a História: palavras de iniciação*. In *Combates pela História*. Trad. port. Lisboa: Presença, 1977. v. 1, p. 37.

e Rio Negro depositada no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa. Tal empreitada, em parte, inseriu-se no chamado *Projeto Resgate*³. A partir desse trabalho, tornou-se possível a microfilmagem e a posterior digitalização desses conjuntos documentais, que compreendem mais de 40.000 *dossiers*, reproduzidos e divulgados por intermédio de CD-roms, que foram ofertados principalmente a instituições universitárias e arquivísticas, promovendo, assim, inequívoco aumento da produção historiográfica respeitante à administração do império ultramarino português.

A segunda atividade, muito próxima a anterior, tem como propósito promover a reunião, consequente e definitiva, de informações relativas ao conjunto documental conhecido como *Coleção Casa dos Contos*, diversificado e rico acervo que se encontra disperso em três instituições de guarda: no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, e no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. Trata-se de fontes escritas respeitantes, predominantemente, a questões de natureza tributário-fiscal da História do Brasil nos séculos XVIII e XIX. No que tange aos cerca de 6.000 encadernados («códices»), a tarefa já foi concluída e divulgada⁴. Quanto aos documentos não encadernados, abrangendo o conteúdo de 600 *caixas*, os trabalhos no Arquivo Nacional estão sendo finalizados. Os resultados dos outros dois, o da Biblioteca Nacional e o do Arquivo Público Mineiro, já podem ser consultados nos respectivos *sites* informáticos.

Esses dois empreendimentos e outros similares que se têm realizado nos últimos tempos, em Portugal e no Brasil, trazem justificado alvoroço na comunidade de historiadores, seja pela democratização no conhecimento daquelas fontes, seja pela notória facilitação no acesso às mesmas. Porém, nem tudo são flores! Há que se atentar para questões significativas que subjazem a esses esforços e que nem sempre são captadas pelos usuários dos referidos acervos documentais. A tal respeito, pretendo, a seguir, apresentar algumas ponderações pautando-me por duas vertentes que se entrecruzam.

Há pouco mais de uma década, interrogando-se sobre as *certezas e descaminhos da razão histórica*, Philippe Boutry evidenciava mais uma das intrínsecas crises de inteligibilidade com que a História e os historiadores se debatem. Com vistas a superá-la, apresentava, então, três sugestões, uma das quais aqui se singulariza: a necessidade da redescoberta do arquivo, *do documento bruto*, como pressuposto essencial para recuperar a percepção do objetivo da disciplina histórica⁵.

Tomada no seu sentido literal, a conclamação de Philippe Boutry, em bom rigor, nada inova. O contato e o diálogo diuturnos com as fontes, desde sempre, se constituíram no abecedário com o qual o historiador desempenha seu *métier*. A questão

³ Cf. BOSCHI, C. C., Projeto Resgate: antecedentes e corolários. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 8, n.º 9, 1º sem. 2006, pp. 11-25.

⁴ Cf. BOSCHI, C. C.; MORENO, C.; FIGUEIREDO, L., org. *Inventário da Coleção Casa dos Contos; Livros, 1700-1891*. Belo Horizonte: PUCMinas; FAPEMIG, 2006.

⁵ Cf. BOUTRY, Ph., *Certezas e descaminhos da razão histórica*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique, org. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Trad. port. Rio de Janeiro Edit. UFRJ; Edit. FGV, 1998, pp. 74-75. Curto, mas instigante texto em torno da revolução documental, da Arquivística e do trabalho do historiador é o de André Porto Ancona LOPEZ. «Documento e História». In: MALERBA, Jurandir, org. *A Velha História: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996. pp. 15-36.

nevrálgica, a meu ver, é o fato de a ida aos arquivos, via de regra, realizar-se de maneira irreflexiva. Por exemplo, ao se dirigir aos arquivos ou já no contato com os acervos documentais que lhe interessa compulsar, o historiador, quase sempre, não se dá conta, isto é, não tem em mente uma premissa elementar: a de que o documento possui sua trajetória; nasce com determinada função e tem o seu percurso finalizado em propriedade diversa daquela de seu advento. Bem sei. Trata-se de uma obviedade. Mas, que carece de retenção: ao ser produzido, o documento tem propósito distinto daquele que, no futuro, ser-lhe-á conferido pelo historiador. Quando nada porque, como ensinam as lições básicas do labor da área, conferir historicidade às fontes é predicado do qual o historiador não pode prescindir.

Nesse sentido, ao deparar-se, por exemplo, com *conjuntos documentais* (e é a eles que aqui me refiro) já designados como tal, os historiadores podem estar correndo sérios riscos em relação ao uso que deles faz e fará. Vale dizer: em se tratando de *fundos, coleções, séries* ou qualquer outra denominação que tenham os volumes mais alentados de documentos escritos, torna-se imprescindível que, antes de mais, verifiquemos a pertinência e a correção dessas terminologias, sob pena de comprometermos as inferências que delas extrairmos.

O que, então, estou a apregoar é que os historiadores precisam romper com o traço de passividade com que se dirige à consulta aos acervos arquivísticos. É mister que, com imprescindível conhecimento prévio — ainda que não vertical — dos princípios fundamentais das Ciências da Informação, participem do processo de organização dos acervos. Permitindo-me parafrasear o festejado estrategista Carl von Clausewitz, diria que a organização e a disponibilização das fontes documentais existentes ao abrigo das mais diversificadas instituições são trabalho demasiado sério para que os arquivistas sejam por ele os únicos responsáveis.

Isentar-se de determinadas tarefas prévias no momento do contato com as fontes, portanto, pode levar o historiador a perpetrar equívocos. Esta é, como destaca José Subtil, «questão nuclear e estruturante», pois o historiador não deve «refugiar-se no mau ou incompleto trabalho do arquivista, na medida em que do controlo sobre a documentação que investiga resultará o controlo epistemológico das informações com as quais será produzido e sustentado o seu próprio discurso historiográfico»⁶.

Por isso mesmo, a análise do autor leva-o a ser enfático na conclusão sobre essa postura dos profissionais da área de História. Para Subtil, «a atitude do historiador que não comece por colocar como problema epistemológico o próprio arquivo histórico onde desenvolve a sua investigação corresponde, sem dúvida, a renunciar ao conhecimento das condições que o predispoem a intervir no pólo empírico da sua investigação»⁷.

Em síntese, nas recorrentes discussões em torno do perfil do profissional da História cumpre não deixar de lado a análise do papel que este executa na identificação, no tratamento técnico e na divulgação das diferentes fontes históricas com que depara e, principalmente, com as quais vai *operar*. O historiador exerce papel importante na

⁶ Cf. SUBTIL, J.M.L.L., *O Desembarço do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1996. p. 108.

⁷ Cf. SUBTIL, J.M.L.L., *Op. cit.*, p. 109.

tarefa de identificar a lógica interna existente na documentação que consulta e, em especial, naquela que agrupa e à qual atribui harmonia e homogeneidade. A utilização das fontes tem como pressuposto, dentre outros requisitos, que saibamos (re)estabelecer as relações intrínsecas e internas a elas. O historiador deve saber, aprioristicamente, recuperar as relações de *organicidade* dos documentos como forma de captar as competências, funções, ações e atuações dos órgãos administrativos que intenciona estudar.

Reconstituir a organicidade da documentação disponibilizada é, dessa forma, outro trabalho preliminar do qual o historiador não pode se eximir. Isso porque, «é completamente absurdo (...) aplicar uniformidade e coerência a arquivos que não eram nem uniformes nem coerentes porque foram produtos de instituições diversas, com funções, organizações e procedimentos diversos, em situações históricas diversas»⁸.

É imperioso ter ciência de como ocorrem a produção e o fluxo dos documentos, e, sobretudo, identificar como se realizam a organização e o armazenamento dos documentos respeitantes às instituições ou que a ela foram endereçados. A função do documento hoje, insista-se, não é a mesma do momento de sua produção. Nem se subordina a intuítos semelhantes. Acima de tudo, são muitas e diversificadas as motivações e as razões para o valor utilitário do documento. Tal postulado, aliás, orienta-se pelo percurso que este faz. Como se sabe, ao ser gerado, o documento se integra nos chamados *arquivos correntes*, enquanto, no outro extremo, a incorporação acontece nos acervos dos *arquivos históricos* ou *permanentes*.

Por outro lado, como salienta Luciana Duranti, os documentos «estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com as suas necessidades». Assim, na medida em que, por força do manuseio dos pesquisadores ou da falta de cuidado por parte dos arquivistas, os *dossiers* têm maculada a sua forma original, rompe-se a inter-relação entre as peças documentais que os compõem. Ou seja, o destrinchar dos *dossiers* faz desaparecer a interdependência existente entre os documentos desde o momento em que estes são produzidos ou recebidos⁹.

Essa condição, para retornar a uma das vivências acima relatadas, pôde ser constatada no que se tange à documentação avulsa das capitânicas brasileiras guardada no Arquivo Histórico Ultramarino. Era, no mínimo, curioso verificar-se, ao longo dos anos, o crescimento do número de *caixas* em que os documentos estavam acondicionados. Em parte, tal se explica pelo fato de *séries* documentais originariamente tipológicas, já no século XX, terem sido *desmontadas*, robustecendo, por decorrência, os conjuntos das *séries* e *sub-séries* geográficas, critério este pelo qual os documentos avulsos do *Ultramarino* são armazenados.

No entanto, um raciocínio primário faria supor periódicas incorporações àqueles conjuntos, o que, efetivamente, não acontecia. Na verdade, o ocorrido foi que o exame inescrupuloso dos consulentes e certo desleixo dos funcionários encarregados de

⁸ Cf. SUBTIL, J.M.L.L., *op. cit.*, p. 115. A destacar o fato de que a análise deste autor assenta nos ensinamentos do especialista italiano Elio LODOLINI, sobretudo em seu já clássico *Archivistica: principi e problemi*. 5 ed. Milão: Franco Angeli, 1990.

⁹ Cf. DURANTI, L., Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.º 13, 1994, p. 52.

realocar os documentos levados regularmente à Sala de Leitura ou ao Setor de Reprodução ocasionavam a «multiplicação» das peças documentais e, por via de consequência, o surgimento de «novas» *caixas*.

Desconhecer a procedência dos documentos, a forma e os condicionalismos na constituição dos acervos e a trajetória histórica das instituições que os produziram e que os custodiam são inadvertências sérias e comprometedoras praticadas pelos estudiosos na elaboração do trabalho historiográfico. Realizar a análise crítica da procedência e, por conseguinte, da interdependência dos documentos é desvelo mínimo que se deve ter para captar o efetivo estatuto de *fundo* com que os arquivos tendem a nomear e a qualificar a massa documental que lhes é cometida. Em outras palavras: se a organização e a ordenação dos acervos documentais permanentes se realizam hoje, inquestionavelmente, por intermédio de *fundos*, é igualmente incontestável que os consulentes dos mesmos tenham pleno conhecimento de *como*, *quando* e, sobretudo, *em que circunstâncias* eles foram constituídos e entregues à guarda das instituições que os abriga¹⁰.

Quando se fala em conhecer as instituições produtoras dos documentos, implicitamente está-se falando em conhecer a trajetória histórica delas, pois, só por aí é que se pode compreender, por exemplo, as oscilações no fluxo da produção documental e as alterações na importância e nos conteúdos dos textos documentais determinadas por mudanças nas estruturas administrativas. Como ensina Heloisa Bellotto, no hodierno mundo hegemônico da Informática, nenhum documento é «tratado como isolado, pontual, circunstancial, mas sim ligado a uma enorme cadeia de informações organicamente estruturadas e advindas das competências das entidades no funcionamento das quais aquele documento foi gerado/ recebido/ acumulado»¹¹.

Note-se, ademais, que, em geral, as instituições depositárias da documentação não cultivam o indispensável hábito de zelar pelos seus próprios arquivos. Quantas delas mantêm atualizados livros de tomo ou livros de registro de entrada de documentos? Quando os têm! Com isso, faltam informações primárias, a respeito, por exemplo, do momento e das condições em que ocorreu a incorporação de volumes documentais que inauguraram ou que adensaram os seus acervos.

Como se não bastasse, e retornando, mais uma vez, às experiências pessoais resumidas no início desses apontamentos, rememoro que pouco se sabe sobre as condições de produção de documentos pelas instâncias do poder e pelos órgãos político-administrativos de Portugal da Época Moderna, pois praticamente se ignora a história, a estrutura e, em especial, o funcionamento dos mesmos. Inquirir-se, para exemplificar e para ficar restrito ao universo aqui considerado: onde está a bibliografia especializada que tem como objeto-tema o Conselho Ultramarino ou a Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos? Não se invocam aqui publicações que se restringem a reproduzir os ditos textos *fundadores* das instituições ou aqueles que adicionam comentários ligeiros a estes textos. O ordenamento jurídico-legal das organizações é

¹⁰ Felizmente, já vêm sendo realizados estudos e discussões em torno dessa temática, sobretudo relativamente a pertinência da organização documental por meio de *fundos*.

¹¹ Cf. BELLOTTO, H. L., *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. p. 35.

unicamente ponto inicial para o estudo. Pouco adianta conhecer (ou recuperar) a estrutura administrativa de uma instituição se, concomitantemente, não se alcança o funcionamento dos órgãos por ela abrangidos. Não será pela leitura do texto legal que criou o Conselho Ultramarino, em 1642, que detectaremos, seja a dinâmica das relações político-administrativas entre a Metrópole e as Colônias, seja o fluxo e o refluxo na tramitação dos documentos a elas respeitantes¹².

Como transitar com segurança pela vastíssima documentação não encadernada da *Série Brasil* (o correto é designar-se *Séries Brasil*) do Arquivo Histórico Ultramarino desconhecendo-se o percurso histórico das instituições e dos organismos administrativos que a produziu, a acumulou e/ou a recebeu? Como afirmar que essa documentação deriva do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos diante do inquestionável vazio bibliográfico existente em torno da história desses órgãos?

Nesse sentido, como tratar dos *modos de governar* sem distinguir bem a estrutura e a dinâmica de funcionamento da administração colonial, reinól e metropolitana? Por não saber palmilhar os insidiosos meandros da dinâmica interna, isto é, das estruturas administrativas e do funcionamento das instituições é que, grosso modo, e por comodidade auto-justificadora, a historiografia tende a qualificar como confusa, ilógica ou caótica a documentação produzida ou recebida e arquivada pelas mesmas¹³. Na verdade, o que ocorre é que ignoramos, em grande parte, a estrutura e o funcionamento dos órgãos administrativos *da* e *na* Colônia. Por conseguinte, torna-se fragmentada e parcial a percepção que possuímos, tanto da gênese como da tramitação dos documentos *neles* e *entre eles* produzidos.

Ora, para os organismos em causa, é notório que, a despeito de seu propósito original, o Arquivo Histórico Ultramarino não preserva a totalidade do conjunto dos documentos que o inspiraram e o nomeiam. Na Divisão dos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal podem ser encontradas peças encadernadas e não encadernadas que, na origem, integravam as fontes que, desde 1931, foram transferidas para o antigo Palácio dos Condes da Ega, à Junqueira. Ou seja, a massa documental que pertencera ao Ministério das Colônias, à qual então se aduziu o *Arquivo da Marinha e Ultramar* e a *Secção Ultramarina* da Biblioteca Nacional tem, ainda hoje, parte dela depositada nesta última instituição. Mas, não é necessário sair do Arquivo Histórico

¹² Cumpre não esquecer que a produção e o volume documentais se encontram absolutamente associados às vicissitudes e aos distintos momentos e realidades históricas do Império Ultramarino. Assim, a abundância das fontes respeitantes à América portuguesa, no Dezoito, sucede, cronologicamente, à farta massa documental sobre a Índia, nos séculos XVI e XVII. Essa diferença evidencia não apenas as flutuações históricas do Império e os conjuntos documentais que são próprios a cada um dos períodos e dos territórios hegemônicos, como, por decorrência, obriga-nos a ter clara percepção das especificidades dos documentos a eles respeitantes. Em última análise, há que ter sempre presente o dinamismo e a trajetória próprios às instituições para que não se entendam os conjuntos documentais como tendo características uniformes e unívocas.

¹³ Como argumento explicativo para tal situação poder-se-ia evocar o conhecido fato de os titulares da Secretaria do Conselho Ultramarino entre fins do século XVII e do XVIII serem membros de uma só e influente família, a dos Lopes de Lavre (André, Manuel Caetano e Joaquim Miguel). Pode-se conjecturar que, para a manutenção de tais nepotismo e hegemonia numa função central da administração ultramarina, essas individualidades tenham lançado mão de estratégias e expedientes pouco ortodoxos e só aparentemente ilógicos como instrumento de sua perpetuação no cargo.

Ultramarino para se verificar que muita da documentação atinente às ex-colônias se encontra para além e desarticulada fisicamente dos *fundos e séries* do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, embora a elas, parcialmente, digam respeito. Refiro-me, por exemplo, ao fato de que, só agora, as cerca de 500 (!!!) caixas que constituem o Núcleo *Reino* estarem sendo objeto de intervenção, isto é, de identificação e tratamento técnico sistemáticos¹⁴.

Como exigir que o historiador se subordine ao princípio do *respeito ao fundo* se a confiabilidade do arranjo documental é ou pode ser posta em xeque? Sobretudo, quando este recebe a intervenção das novas tecnologias de informação, como vem acontecendo em quase todas as instituições arquivísticas de renome. Todavia, se as novas tecnologias têm evidentes perniciosidades, por outro lado elas têm-nos permitido saber, — para ficar restrito exclusivamente a um pequeno aspecto da operação historiográfica —, que o *cruzamento* dos dados, por vezes, resulta em, inequivocamente, recuperar *arranjos* documentais diferentes daqueles que as instituições arquivísticas nos oferecem.

Entendendo que a operação científica também deve ser dinâmica, o emprego das novas tecnologias na investigação histórica, hoje, não poderia gerar — se é que já não estaria gerando, mesmo que inconscientemente — uma outra postura frente ao *respeito ao fundo*, premissa básica da Arquivística e que, grosso modo, tem sido constantemente assimilada e incorporada pelos historiadores? As novas tecnologias não estariam aliciando os historiadores para a formulação e adoção de um novo conceito de *organicidade documental*, que teria como lastro não as relações de interdependência na origem, no contexto da produção das fontes escritas, mas sim, ao contrário, nas possibilidades que lhes são ofertadas pelas novas tecnologias? Mencione-se, a propósito, a eficiente alternativa que estas têm e poderão continuar a ter na sempre árdua e complexa tarefa de se recuperar a forma primitiva de *dossiers*.

É bem possível que elas estejam sendo responsáveis pelo afastamento do historiador em relação aos ditames prescritos pelos arquivistas ou, no mínimo, do distanciamento físico dos historiadores para com os instrumentos de busca produzidos pelos arquivistas ao longo dos tempos. Porém, tal desvencilhamento tem se realizado sem que o historiador verifique que, ao distanciar-se da orientação dos arquivistas, não cria parâmetros e instrumentos que substituam os anteriores, agora desdenhados. Ademais, diante do cunho marcadamente individualista que modela grande parcela da condução da pesquisa científica, como ter acesso ou recompor as fontes e os dados armazenados pelos pesquisadores?

Em suma, e para voltar às menções preambulares, ainda que louváveis, as atividades dos Projetos *Resgate* e *Coleção Casa dos Contos* não podem — sobretudo, não devem — se esgotar na socialização do acesso aos fundos documentais por eles abrangidos e

¹⁴ Sobre essas relevantes questões, recorra-se a Tiago C. P. dos Reis Miranda, que tem se dedicado ao estudo desses acervos e sobre os quais vem chamando a atenção dos historiadores e arquivistas, a exemplo do que proferiu, em julho de 2006, em conferência pronunciada no Arquivo Histórico Ultramarino, sob instâncias do Projeto *Resgate* (Cf. MIRANDA, T. C. P. dos R. O núcleo do 'Reino' do Arquivo Histórico Ultramarino: entre a história administrativa e a história custodial. *Nova Cidadania*. Lisboa, ano VIII, n.º 30, pp. 60-62, Out./Nov. 2006).

trabalhados. É fundamental que os historiadores participem, de maneira ostensiva e, principalmente, reflexiva das discussões em torno das formas de disposição e armazenamento dos conjuntos documentais recolhidos às instituições arquivísticas¹⁵. Importa muito, também, que, a partir dos resultados obtidos, ao lado de pesquisas de interesse individual, se desenvolvam outras tantas, com alcance social mais alargado, em particular e, antes de mais, voltadas para a reconstituição das estruturas administrativas da América portuguesa. E não só.

Uma segunda ordem de considerações da presente comunicação diz respeito ao fato de o impacto das intervenções e manipulações nos documentos proporcionadas ou facilitadas pelas novas tecnologias igualmente não estar sendo avaliado e refletido pelos historiadores. O documento escrito, por exemplo, vem perdendo a sua condição *per se*, adquirindo valor *relativo* e relacional. A própria concepção de Arquivística tem sido atingida e transformada¹⁶. À tendência comportamental dos historiadores para a volúpia da acumulação de dados permitida pelas tecnologias modernas não há a correspondente e indispensável análise crítica em torno daquelas *operações*.

É plenamente compreensível o fascínio que a abertura dos arquivos e a acessibilidade a uma maior soma de documentos exercem sobre os pesquisadores. No entanto, tenhamos claro, como reparou Étienne François, reportando-se a contexto que guarda alguma proximidade com aquele aqui abordado: «muito longe de proporcionar resposta para tudo, a abertura dos arquivos vai dar, ao contrário, num chamado ao trabalho, à exigência metodológica e ética, à modéstia, à humildade, ao questionamento das certezas adquiridas. Em 1989, não foi somente o muro de Berlim que caiu, mas também — começamos apenas a nos dar conta — uma certa maneira de pensar, de fazer e de escrever a História.»¹⁷.

Se, evidentemente, o computador revoluciona as tarefas de compilação e do cruzamento dos dados, modificando à larga os modelos e as técnicas de apuração das informações, o que se observa é que, em geral, o historiador se apropria, de maneira acrítica, dos resultados assim estabelecidos. Não avalia e nem dimensiona, por exemplo, que a sua passividade ou mesmo a sua ingenuidade frente ao processamento das informações pelas novas tecnologias tem grave implicação na metodologia e na epistemologia do conhecimento que dali emana.

¹⁵ Para se referir a um único exemplo da desejável parceria e interdisciplinaridade entre historiadores e arquivistas, mencione-se a necessária colaboração daqueles nas tarefas de descrição dos fundos arquivísticos, nos termos em que esta se realiza a partir de normas internacionais pertinentes. Nessa medida, no preenchimento dos formulários próprios a que ficam submetidas as entidades custodidoras das fontes é difícil – se não impossível – que se dispense o trabalho do historiador, sobretudo no que respeita ao estabelecimento dos chamados *dados do produtor* dos documentos (ou seja, a contextualização dos documentos, as informações sobre a trajetória de seu(s) produtor(s), a procedência dos mesmos, dentre outros elementos). Cf. BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p. 124.

¹⁶ Cf. FURET, F. O quantitativo em História. In: LE GOFF, J.; NORA, P., dir. *Histórias: novos problemas*. Trad. port. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 53.

¹⁷ Cf. FRANÇOIS, É. Os «Tesouros da Stasi» ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique, org. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Trad. port. Rio de Janeiro Edit. UFRJ; Edit. FGV, 1998. p. 161.

Sem querer ser cáustico, poderia afirmar que o avanço da reflexão metodológica em História se realiza na razão inversa ao da Tecnologia. Como, há alguns anos, afirmava Manfred Thaller, «se é verdade que o número de historiadores familiarizados com a Informática efetivamente explodiu, o computador pessoal significou também outra coisa: significou que muita gente simplesmente arranhou um programa, se deixou fascinar com o fato de ele poder ser utilizado sem grande esforço, para, de seguida, correr a dizer ao mundo as suas descobertas»¹⁸.

Seja como for, as novas tecnologias têm oferecido aos historiadores meios para que eles exerçam, cada vez mais, o domínio e o controle *das* e *sobre* as fontes. O tratamento eletrônico da informação facultou aos estudiosos ganhos extraordinários e, em simultâneo, mudanças substanciais nos procedimentos de pesquisa e na organização dos dados. São por demais conhecidas as potencialidades e as possibilidades que elas, especialmente a Informática, trazem para a efetivação das investigações científicas. No entanto, repito: no campo da História, pouco se tem ponderado sobre os reflexos de tal circunstância na Metodologia e na Epistemologia da área, sendo rarefeitos tanto a produção bibliográfica a respeito, em língua portuguesa, quanto o seu debate nos fóruns especializados sobre os estudos históricos.

O que desejo relevar, portanto, não são os manifestos benefícios que as novas tecnologias aportam à pesquisa. O problema, a meu ver, é que elas não apenas têm servido, mas também pautado certas tendências da historiografia atual. Por exemplo: não é possível dissociar o incremento nas investigações sobre as elites, em termos prosopográficos, se não à luz da recolha e do armazenamento e, principalmente, do cruzamento de dados proporcionados pela Informática. Aliás, a questão mais elementar seria: pode-se conceber a implementação dos trabalhos de prosopografia e de biografias coletivas apartados dos suportes técnicos proporcionados pela Informática?

É certo que não. O importante, porém, é que o historiador modifique sua postura na prática científica. Como, há algumas décadas, advertia Furet, em palavras que se mantêm atuais: «(...) o historiador de hoje encontra-se obrigado a renunciar à ingenuidade metodológica e a refletir sobre as condições de estabelecimento de seu saber. O computador permite-lhe o lazer, libertando-o daquilo que até então ocupava o essencial de seu tempo: a coleta de dados em suas fichas. Mas, em compensação, obriga-o a um trabalho prévio sobre a organização de séries de dados e sobre sua significação em relação àquilo que ele pesquisa»¹⁹.

O inquietante é, pois, que o repto em torno das consequências da chamada *revolução tecnológica* na produção do saber histórico não é realidade de ontem. Não era outra a preocupação expressa, nos anos de 1970, por Furet na análise da seriação dos dados e das cifras que nutriam a História Quantitativa, tão em evidência na altura. Na realidade, avaliando o impacto da História seriada na operação histórica, Furet, tal como Pierre Vilar, apontava as fortes repercussões que o Quantitativismo trazia para o *fazer* História. Interpretava que mais do que uma transformação do material histórico, o *quantitativo na História* se configurava como autêntica «revolução da consciência historiográfica»²⁰.

¹⁸ Cf. THALLER, M.. Entrevista concedida à revista *Ler História*, Lisboa, n.º 23, 1992, p. 165.

¹⁹ Cf. FURET, F. O quantitativo em História. *Op. cit.*, p. 57.

²⁰ Cf. FURET, F. O quantitativo em História. *Op. cit.*, p. 57.

Relembro e saliento esses fatos e depoimentos diante também das similitudes e de afinidades com tendências metodológicas de nossos dias. O diferente e desalentador, portanto, está na constatação de que raros são os momentos e os espaços em que os historiadores da atualidade se dedicam a refletir sobre essa matéria.

A ausência de rigor e de critérios no uso indiscriminado das novas tecnologias, inevitavelmente, interfere na operação historiográfica, podendo, conseqüentemente, pôr em causa a própria ontologia da História. Com efeito, elas atingem, se relacionam e repercutem mais clara e explicitamente na Metodologia da História e, sobretudo, nas técnicas com as quais esta opera.

Em decorrência, já não é sem tempo proclamar, cada vez mais elevadamente, o quanto carecemos de apreciações, de discussões e de análises sobre os efeitos, nas suas mais variadas facetas, do emprego de meios eletrônicos no processamento e na difusão das fontes históricas. Reflexos não apenas na Metodologia da História, como certamente na Teoria dela. Isto porque, para pensar no mínimo, se o uso da Informática permite-nos ultrapassar velhos e importantes obstáculos na *operação* histórica, ele, por inerência, estabelece alterações na *episteme* e no *modus faciendi* da História.

O debate é reclamado. E não apenas na área de História, como é natural. Mencione-se uma daquelas com a qual mantemos maior afinidade, exatamente a que ora tomamos como referência. Assim é que o impacto das novas tecnologias sobre as normas e parâmetros que, até agora, regeram as instituições arquivísticas, por exemplo, certamente determinará fortes reorientações de caráter metodológico e epistemológico destas. Luciano Figueiredo, remetendo-se ao historiador norte-americano Lawrence Mc Cranck, chama a atenção para o fato de que o bastião dos arquivistas esteja sendo bombardeado pela pólvora eletrônica e das profundas mudanças daí resultantes, no que respeita à natureza dos arquivos e da própria função dos arquivistas. Reconhece que o debate é longo, e embora tenha ganho força nos últimos tempos, «o deslocamento do suporte original para a memória digitalizada das máquinas com certeza abrirá profundas inquietações na práxis arquivística, envolvendo desde a propriedade intelectual das fontes históricas, alterações no conteúdo das imagens graças às técnicas de restauração, até a possibilidade de ampliação democrática da pesquisa nos acervos»²¹. Insista-se: o historiador não poderá ser espectador ou usufrutuário passivo nesse processo. Toca a ele, se não tomar a dianteira do mesmo, pelo menos predispor-se a colaborar na definição das novas diretrizes e, quem sabe, na redistribuição e redefinição dos fundos documentais confiados à guarda das instituições arquivísticas.

O fato concreto é que o uso das novas tecnologias na pesquisa e na elaboração do texto histórico tem alterado, substantivamente, os parâmetros técnicos com que as *operações* históricas até então se realizavam. Muitos dos raciocínios próprios à coleta e ao processamento, por exemplo, transitaram dos ingentes esforços do historiador para o frio rigor do equipamento eletrônico. Com o emprego de programas informáticos, se, de um lado, o estudioso viu-se dispensado de elaborar instrumentos nem sempre eficazes ou suficientes para abarcar os dados e as informações necessárias às suas investigações, por outro, não questiona criticamente as implicações que tal comportamento

²¹ Cf. FIGUEIREDO, L. R., História e Informática: o uso do computador. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R., org. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 429.

tem na análise desses dados e, por decorrência, e principalmente, no resultado do seu trabalho.

Como apontei em outra oportunidade, «empolgados com resultados tão espetaculares e com tamanhas racionalização e economia de toda natureza, podemos ficar anestesiados em relação à permanente necessidade de se *pensar historicamente*. Assim, no limite, sujeitamo-nos a resvalar para a fetichização ou para a mistificação do documento e do dado-informação, ideologizá-los, enfim, como se eles, ao invés de simples meios de acesso, oferecessem sinonímia perfeita para o *fazer História*»²².

Além disso, cumpre notar que os sistemas eletrônicos, ao processarem informações, também (mas não só) criam novas fontes históricas. Ou seja, os sistemas eletrônicos tornam-se produtores de fontes e não apenas, como ocorria há bem pouco tempo, armazenadores de dados e informações. Daí, o rápido e substancial desenvolvimento dos sistemas de gestão de documentos, em particular, dos que se realizam por meios eletrônicos.

Em outras épocas, quando se tratava de descarte, de manipulação ou de escamoteação de documentos, a explicação imediata era a de associar tais situações a motivos de natureza política ou reclamar a utilização de critérios técnicos concernentes à seleção de documentos. Hoje e no futuro, a tais premissas soma-se a extrema facilidade com que os próprios produtores dão cabo ou alteram a forma e o conteúdo dos documentos. Daí, interpelações as mais elementares: como assegurar ou manter, então, na atualidade e no futuro, o valor probatório dos documentos digitais? Como aquilatar a fiabilidade da informação transmitida pela realidade virtualizada?

Ora, a adulteração das fontes é realidade desde sempre. O diferente está em que, nos nossos dias, as novas tecnologias permitem esta prática *ad nauseam* e com maiores, quando não impossíveis, obstáculos para a detecção das manipulações e o grau e dimensão de possíveis intervenções nos documentos.

Ao mesmo tempo, importa lembrar que a autenticidade dos documentos digitalizados é outra questão em aberto. O fato de *provirem* de uma pessoa ou de uma instituição arquivística idôneas ou de nesta estarem guardados não confere, *in limine*, autenticidade e, muito menos, proveniência confiável aos documentos. Assim, inevitavelmente, o historiador deveria estar habilitado a perceber e, acima de tudo, a saber analisar criticamente a informação obtida no sistema digital, cuja forma original se configura(va) no formato analógico. É, então, o caso de se interrogar: quais são os reflexos na coerência e na consistência do discurso histórico do fato de a operação histórica alicerçar-se ou ter como referentes fontes cuja forma original não foi respeitada ou atendida? Em que medida fontes históricas advindas ou recolhidas pelas novas tecnologias comprometem o rigor metodológico inerente à operação historiográfica? Em que grau e dimensão elas trarão maior fragilidade às posturas e aos procedimentos metodológicos exercitados pelos historiadores?

Assinale-se, ainda, que o avanço tecnológico é perverso (também) no que respeita à preservação das fontes. Pelo menos em parte, paradoxalmente, as novas tecnologias, ao invés de preservarem, podem levar à destruição de fontes históricas. Dessa maneira, por exemplo, é que, em geral, fazendo uso dos equipamentos eletrônicos, praticamente

²² Cf. BOSCHI, C. C., Projeto Resgate: antecedentes e corolários. pp. 23-24.

só conhece(re)mos as versões finais dos textos. Por não ter acesso às sucessivas versões de nossos escritos, no mínimo esta(re)mos abdicando de um extraordinário manancial de fontes. Quando nada, restará um vazio irrecuperável sobre o sempre rico, quase sempre tormentoso e, algumas vezes, prolongado processo de criação intelectual. A genealogia dos textos é realidade ultrapassada?

Em simultâneo, entendendo que a digitalização de fontes e a construção de bancos de dados são recursos cada vez mais implementados pelos pesquisadores, ressalve-se que não tem havido idêntico esforço no que respeita a se assegurar mais cuidado a tais tarefas, qual seja, o de se garantir a sobrevivência física deles. Aqui também parece-me fazer sentido o chamamento: o debate em torno da volatilidade e da fugacidade dos dados e fontes registrados em suportes digitais não deve ser atributo exclusivo dos profissionais produtores das novas tecnologias. É necessário que também os usuários dos sistemas, como os historiadores, reflitam sobre as formas e os mecanismos necessários à preservação dos documentos eletrônicos ou daqueles instalados em sistemas digitais e que identicamente colaborem nas soluções possíveis para tão provocante questão, cujas implicações na legitimidade do conhecimento científico também carecem ser debatidas.

Com efeito, o canto da sereia das novas tecnologias tem levado os usuários delas a situações de frustração, por vezes, incontornáveis, como é o caso da falta de compatibilidade entre bancos de dados e outros tipos de fontes armazenadas em suportes eletrônicos, ou ainda dos dados que se perdem nos momentos de sua migração para outros sistemas eletrônicos, ou situações que requerem a compreensível demanda de *privilégios de acesso*, como o uso de senhas. Tais circunstâncias acabam por se constituir, paradoxalmente, em obstáculos ao desenvolvimento da pesquisa.

Nesse contexto, não é de se pensar que a facilidade de compilação e cruzamento de dados tenha, contraditoriamente, efeitos danosos sobre o conhecimento histórico, na medida em que a produção historiográfica gerada a partir dessas possibilidades inclina-se a resultar em trabalhos excessivamente atrelados às informações contidas nas fontes documentais, em detrimento da ponderação analítica e qualitativa destas? Não seria também por aí que se poderia constatar estarmos vivendo sob a égide de um neo-positivismo científico? Ao rigor e às certezas intrinsecamente alicerçadas pela tecnologia ou pelo dito «positivismo informatizado» não estaria se contrapondo alguma anestesia na indispensável problematização, quer da pesquisa histórica, quer e, em especial, da epistemologia histórica?

Logo, o que está em causa é a necessidade de o historiador aplicar aos grandes conjuntos documentais procedimentos similares àqueles com que se orienta costumeiramente no trato com as fontes escritas individualizadas. Isto é: fundamentalmente, submeter as massas documentais a rigorosa crítica externa de procedência, cuidando de identificar, em especial, a trajetória por elas percorrida, sobretudo, captando a razão e as condições de sua produção. Nunca é demais recordar, com Paul Veyne, que «os verdadeiros problemas da epistemologia histórica são problemas de crítica e (que) o centro de toda reflexão sobre o conhecimento histórico é o que dele fazem as fontes»²³.

²³ Cf. VEYNE, P., *Comment on écrit l'histoire: essai d'épistémologie*. Paris: Seuil, 1971. p. 266.

Com o emprego, cada vez mais intenso e inexorável, das novas tecnologias no processo de produção do saber e do discurso historiográfico, não seria o caso de se retomar, com maior atenção e regularidade, os cuidados metodológicos que nos são prescritos pelas tradicionais *críticas externa e interna* dos documentos? É bem verdade que, em se tratando, como é a situação aqui considerada, de grandes massas documentais, tais prescrições não têm adequada aplicabilidade. O que se propugna, então, é pela conveniência de os historiadores (re)pensarem a formulação e a execução de operações análogas (às das críticas externa e interna) àquelas adotadas para peças individualizadas *vis-à-vis* aos conjuntos documentais. Caso contrário, e para ficar em um só exemplo, como aferir a integridade, a autenticidade e a fidedignidade da informação obtida por intermédio de arquivos digitais?²⁴

Em resumo e para terminar. A despeito das referências iniciais a dois projetos particulares, é indubitável que estejamos a presenciar o retorno do historiador às fontes e, por decorrência, auspiciosamente, com o respaldo da Tecnologia, à socialização do conhecimento e à vulgarização delas. O problema, a meu ver, é que não se tem conferido suficiente aplicação e empenho às ressonâncias epistemológicas dessa atitude. Assim, servindo-me das palavras de Jean-Louis Gaulin, diria que, talvez, seja chegada a hora de uma nova ascese do texto, pois, «no estado de incerteza teórica característico das ciências históricas há vários anos, a publicação das fontes poderia constituir, com ou sem razão, um ponto de enraizamento, um *valor-refúgio*»²⁵.

Mas, atenção! O historiador deve precaver-se para não se deixar dominar ou ser substituído pelos encantos que a Tecnologia lhe propicia, pois, não é desmedido repisar que o *fazer* História resulta da inspiração e do talento que o seu praticante tem e desenvolve, ao problematizar e interpretar as fontes a que se reporta. Ou, para evocar velha e essencial lição: é preciso não esquecer que começamos a *fazer* História na medida exacta em que vamos nos desvencilhando das fontes.

²⁴ Algumas instituições arquivísticas têm discutido esta última questão, como é o caso do Arquivo Público Mineiro. Cf. NEVES, Marta E. Melgaço; NEGREIROS, Leandro R. org. *Documentos eletrônicos: fundamentos teóricos arquivísticos para uma prática de pesquisa em gestão e preservação*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro, 2008. 168 p.

²⁵ Cf. GAULIN, J.-L., A ascese do texto ou o retorno às fontes. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique, org. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Trad. port. Rio de Janeiro Edit. UFRJ; Edit. FGV, 1998. p. 174.

Série
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2010

